

OS IMIGRANTES E MISSIONÁRIOS NORTE-AMERICANOS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NOS CAMPOS EDUCACIONAL E DO TRABALHO

Ines Manuel Minardi

Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP

A imigração norte-americana, na segunda metade do século XIX, tem raízes no pós Guerra de Secessão, frustração, decepção e a ruína econômica no Sul dos Estados Unidos. A motivação foi o sonho do processo civilizatório configurado na Doutrina do Destino Manifesto no Norte do Brasil- província do Pará (Santarém) e no Sul –Rio de Janeiro – São Paulo – Paraná.

A heterogeneidade do grupo imigrante, formado por médicos, militares, dentistas, negociantes, fazendeiros depauperados, homens do povo, vistos pelos brasileiros como – representantes do progresso e do desenvolvimento.

O conhecimento rarefeito da imigração norte-americana deve-se ao pouco interesse pelo assunto nos dois países – Brasil e EUA – ao nacionalismo brasileiro quanto ao conceito de fronteira e ainda, à própria tese do Destino Manifesto, baseado numa visão expansionista norte americana, sobretudo na América Central. Somente nas décadas de 50 e 60 do século XX a historiografia dos dois países, se ocupou do assunto.

Norma Guilhon e Judith Jones representaram a corrente das historiadoras que ressaltaram: o aspecto épico e romântico do grupo, a visão missionária, os fatos notáveis e as razões do fracasso das primeiras colônias com destaque para a agricultura, religião e educação.

John Berger e Michael Lesy – representantes da História Nova, procuraram entender a imagem que os imigrantes deixaram em seu país, e como recriaram esta imagem, no nosso país.

A propaganda governamental do Segundo reinado atraiu fazendeiros norte-americanos para as regiões do Paranaguá – Campinas- Espírito Santo – Vale do Ribeira – Santarém – Rio de Janeiro – São Paulo e Região Amazônica. Na década de 1870 várias colônias foram criadas, mas, algumas não sobreviveram, já nas duas décadas seguintes (1880-90) surgiram inúmeras escolas e igrejas fundadas por presbiterianos, batistas e metodistas para atender os imigrantes – escolas portadoras de novas idéias liberais – converteram-se em alternativa para a sociedade brasileira republicana, que via no campo educacional ou cultural, apoio norte-americano às idéias de modernidade, liberdade e progresso, com valores da individualidade, trabalho e novas tecnologias.

O final do tráfico negreiro estimulou a política da imigração subvencionada pelo Estado, através de sociedades promotoras da imigração no Rio e São Paulo. A corrente imigrantista

exaltava as qualidades e virtudes do imigrante e denegria o trabalhador nacional que até então, produzira toda a riqueza da nação.

Os relatos entusiasmados dos viajantes percorreram todo o Sul dos Estados Unidos, despertando ideais missionários sobre estas áreas tropicais e, uma opção de vida nova para vários grupos vitimados pela Guerra de Secessão.

O futuro numa economia desestruturada como a sulista do pós Guerra, parecia sombrio – a idéia da imigração começou a tomar corpo entre vários segmentos sociais, motivada pelas informações dos primeiros imigrantes que descreviam o brasileiro como um povo acolhedor, com terra fértil e com bom clima.

Enquanto o governo brasileiro incentivava a vinda dos grupos imigrantes redentores – o governo americano, surpreso com o elevado número de sulistas que pretendiam deixar o país, alertava os interessados das desvantagens nas terras tropicais.

A esperança brasileira com a imigração norte-americana era: romper com monocultura cafeeira, introdução de novas técnicas, desenvolvimento da cultura algodoeira, purificação da raça. Contando com anuência do Imperador D. Pedro II, que chegou a visitar imigrantes norte-americanos na colônia de Santa Bárbara do Oeste, por ocasião da inauguração da Escola Presbiteriana de Campinas.

Simonton foi o primeiro missionário presbiteriano a chegar em setembro de 1859. Em abril de 1860, com a presença de 5 crianças, forma em sua casa, uma classe bíblica – inicia a primeira Escola Dominical Brasileira. A irmã Elisabeth e seu cunhado Blackford, vêm ajudá-lo no ano seguinte.

Em 1862, Blackford conhece o jovem George W. Chamberlain, organizam a Obra Educacional da Igreja através da evangelização, objetivando a alfabetização dos adultos e dos simpatizantes da nova religião, lembrando que para pertencer à Igreja Presbiteriana é necessário ler as Escrituras Sagradas.

O casal Chamberlain inicia a tarefa recebendo meninas de pais protestantes na sala de jantar – o local ficou conhecido por “Escolinha”, e passou a incorporar filhas e filhos de republicanos, abolicionistas, positivistas que sofriam com os efeitos da intolerância religiosa, social e étnica nas Escolas Públicas.

Pouco mais de um ano, de sua vinda para o Brasil, Mary Annesley Chamberlain viu o resultado de seus esforços na fundação de uma escola mista, dirigida por professoras, para maior sociabilidade de seus integrantes e de caráter permanente, com métodos educacionais

americanos: da leitura silenciosa, do estudo intuitivo, da escola como lugar de desenvolvimento do conhecimento de maneira prazerosa e feliz, do desenvolvimento do conceito de liberdade e dos bons costumes.

O trabalho educacional desenvolvido por esta norte-americana e a execução dos diversos trabalhos realizados pelos missionários e suas esposas no Brasil, contribuiu para a transformação dos métodos educacionais e na ampliação do trabalho feminino no espaço público brasileiro.

Desde 1827, que no Brasil havia se estabelecido a determinação da construção de “Escolas de Primeiras Letras” – aos cuidados de algumas ordens religiosas – os primeiros ensinamentos consistiam em aprender a ler e a escrever, fazer as quatro operações e saber a doutrina cristã, além de noções de geometria para os meninos, bordado e costura para as meninas. Mas, o governo não providenciava transporte das regiões rurais para as cidades, onde existiam escolas e igrejas, e as determinações educacionais obedeciam às divisões étnicas, de gênero, religiosa e de classe.

Os norte-americanos encontraram na alternativa da construção de escolas americanas para meninos e meninas no Brasil, solução para os problemas educacionais e religiosos enfrentados – com o apoio e auxílio dos EUA – através das juntas Missionárias Protestantes.

A necessidade de construir uma imagem distante do caráter colonial, atrasado, inculto e primitivo, ganha espaço – porém a educação continuava elitista, com dominação moral católica, que restringia a formação das moças às prendas domésticas, vagas noções de literatura, línguas (francês) e piano até a chegada do casamento.

Para as mais pobres, a educação era realizada em colégios particulares ou religiosos onde permaneciam confinadas e protegidas dos vícios e do desvio do bom caminho. A educação passa a ser construída, a partir do desenvolvimento da concepção de higiene da família; necessidade de modernização, maternidade e manutenção de uma sociedade sadia moralmente. Cabia às mulheres educar os homens para o trabalho, visando o progresso e a ordem social da Pátria. Tornou-se aceitável para as mulheres, algumas tarefas no mercado de trabalho, como o magistério, com significado “nobre”, por cuidar de alguém e formar o caráter da nova nação. Ensinar as crianças era um prolongamento da tarefa realizada no lar. Em meados do século XIX foram construídas Escolas Normais para ambos os sexos, com salas de aula separadas. A atividade do magistério feminino não entrava em concorrência com o trabalho intelectual desenvolvido pelos homens e não ultrapassava os limites da segurança social, estabelecidos pelos positivistas e higienistas da época. Nesse período, as expectativas com a educação ganham vulto significativo, em decorrência do processo de urbanização e industrialização do crescimento dos setores sociais médios e da presença de imigrantes no cotidiano do espaço público brasileiro.

Era necessário estudar para ampliar as atividades comerciais, as novas exigências das transformações econômicas, sociais e políticas do País. Esta necessidade promove o desenvolvimento de estabelecimentos educacionais como a Escola Americana, proposta pelos imigrantes norte americanos e pelo trabalho da educadora Mary Chamberlain, com programa e métodos americanos, a escola seria mista, regida por mulheres, cada classe entregue a uma professora que deveria assegurar o respeito à liberdade religiosa, racial e política, além de ensinar a ler e a escrever a crianças das classes média e pobre.

A decrescente procura masculina, no período, pela formação de docente e o crescimento da feminização do magistério, impôs a permissão para que as mulheres ministrassem aulas também para os meninos. Foi dentro deste quadro que se construiu a imagem da mulher trabalhadora, fora de casa, com ocupação nobre de educadora, até a chegada do casamento e maternidade.

O impacto educacional da proposta americana, tornou-se relevante o suficiente para os jornais de grande circulação da época, publicarem em seus editoriais comentários sobre os métodos da Escola Americana. Os documentos analisados atestam que as escolas protestantes colaboraram para o processo educacional, através do incentivo da co-educação dos sexos no estabelecimento de ensino, formando classes mistas e apresentando críticas a respeito da separação dos sexos em escolas diferentes, com especializações diferentes, além de impregnar de forma renovadora as idéias republicanas e positivistas do país, nas mentes dos jovens que lá estudavam. Acrescente-se a isso, o desejo pela individualidade e pela igualdade de direitos de todos os cidadãos, inclusive para as mulheres, pois a elas foi destinada a educação dos homens.

Em pouco tempo a Escola Americana, instala um internato para as meninas, filhas de pais residentes no interior da Província. A missionária Miss Elmira Kuhl foi sua primeira diretora – o internato obtém grande aceitação por parte dos pais dessas meninas, que vêm a possibilidade de aperfeiçoamento educacional de suas filhas, através de um ensino digno, já que o governo brasileiro não havia cumprido os acordos com os imigrantes americanos de proporcionar nas cidades do interior, escolas para as crianças.

O Board of Foreign Missions of the Presbyterian Church que já havia financiado a Escola Americana, contribuiu na criação da Escola Normal para a formação dos futuros professores de ensino primário nos moldes americanos com currículo para o ensino de: higiene escolar, psicologia aplicada, direção e prática de ensino, pedagogia, matemática, português, história, geografia, música e educação física.

As moças da época podiam freqüentar as Escolas Normais, mas não desejar a Universidade, pois a liberdade conquistada era extremamente vigiada e não podia representar a

quebra dos grilhões domésticos com sua atuação no espaço público a partir da execução de outras atividades profissionais.

Em 1877 nasce o jardim de infância dirigido pela missionária Miss Phebe Thomas, também professora de educação física da Escola Americana. Duas outras professoras americanas, Miss Lobb e Miss Mary Lenington, auxiliam as tarefas de organização do Jardim de Infância, contribuindo para a realização da Educação Infantil no Brasil, através do trabalho feminino.

O magistério exercido por mulheres iria significar uma chance de sustento digno, sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viver do sustento de parentes por parte das mulheres pobres, solteiras ou viúvas. Representaria a continuação da missão feminina de educar, nos moldes propostos pelos positivistas e higienistas no séc. XIX e de acordo com o imaginário do papel feminino na sociedade brasileira.

Os trabalhos educacionais evangélicos desses presbiterianos missionários e missionárias americanas repercutem na reforma educacional no Brasil. O êxito do internato feminino favorece a instalação de um internato masculino, para atender os meninos do interior da cidade de São Paulo. D. Maria Antonia da Silva Ramos, interessada na ampliação da escola, que havia acolhido sem discriminação racial e religiosa as filhas de sua escrava, vende uma parcela da área de sua chácara. Nesse mesmo contexto, a Igreja Presbiteriana recebe a doação de mais três áreas na região da chácara da Baronesa de Antonina, ampliando consideravelmente o espaço propiciado do projeto educacional dos missionários presbiterianos americanos no País.

A “Brazil Mission” observando os êxitos da educação americana presbiteriana, através do ensino primário da Escola Americana e a boa formação de professores pela Escola Normal, resolve fundar na cidade de São Paulo, um curso superior, o “Curso Superior da Escola Americana”. Em 1886 assume em São Paulo como presidente da obra Educacional o Dr. Horácio Manley Lane. No ano seguinte o departamento educacional da Brazil Mission recebe a visita de uma comissão de educadores, indicada pela Board, para verificar os êxitos dos trabalhos desenvolvidos pelos missionários presbiterianos no Brasil e a possível ampliação do projeto educacional, com a construção de uma Escola de Engenharia, para atender às necessidades técnicas do período.

Horácio Lane, no ano de 1887, desloca-se para os Estados Unidos, a fim de receber a doação de 30 mil dólares, feita à Igreja Presbiteriana de New York, pelo falecido Jonh Mackenzie, para a organização de uma escola que desenvolvesse os conhecimentos tecnológicos na Brasil. Com esse recurso foi construído um edifício denominado Mackenzie, nas terras compradas ou recebidas através de doações na região da chácara do alto de Higienópolis.

Essa interferência na educação amplia o trabalho feminino nas diversas instituições educacionais do país. O diretor da Escola Normal Caetano de Campos, em 1890 incorpora ao seu corpo docente, duas mulheres em cargos destacados no ensino público, D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, para administração da escola denominada Escola Modelo e a norte americana Miss Márcia Brown para a parte técnica e direção da Escola Pública. Miss Brown também assumiu a responsabilidade de administrar a Escola Normal do Mackenzie College.

Desse momento em diante, toda a obra educacional do “Brazil Mission” na cidade de São Paulo passou a se denominar Mackenzie.